

“O PSD SÓ PODE VOTAR CONTRA ESTE ORÇAMENTO”



No encerramento das jornadas parlamentares, esta quarta-feira, 21 de outubro, o Presidente do PSD explicou que o Orçamento é “mau”, “não combate o desemprego” e não se preocupa com as “empresas” nem com a classe média, apenas se limita a ceder às reivindicações do PCP e do BE



pág. 5

PARLAMENTO

GRUPO PARLAMENTAR DO PSD VISITOU FÁTIMA

Acompanhado por um conjunto de deputados, Adão Silva reuniu com autarcas locais, com a reitoria do Santuário e com empresários dos ramos da hotelaria, restauração e do comércio local



pág. 9

LOCAIS

MOMENTO DE EMERGÊNCIA EM PAÇOS DE FERREIRA

O PSD de Paços de Ferreira qualifica de “extremamente preocupante” a situação vivida no concelho nos últimos dias, face aos “números galopantes” de novos infetados por covid-19 no concelho



pág. 11

REGIONAIS

BOLIEIRO QUER IGUALDADE DE TRATAMENTO NOS APOIOS AO PODER LOCAL

O candidato do PSD a Presidente do governo regional assegura que haverá a “garantia de uma serena transição de poder”, que irá respeitar a “igualdade de tratamento” entre os municípios da região



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

ALTERNATIVA

O PSD tem sido, ao longo da nossa história democrática, uma voz única e reconhecida na defesa das autonomias regionais. Meio milhão de portugueses – açorianos e madeirenses – participam mais diretamente na gestão corrente dos seus assuntos, graças à consagração expressa, na Constituição de 1976, do princípio da autonomia político-administrativa. A autonomia regional alicerça-se não apenas pela geografia, mas sobretudo pelas características económicas, sociais e culturais peculiares de ambas as regiões insulares.

No próximo domingo, 25 de outubro, decorre a eleição da Assembleia Legislativa dos Açores. Estão em disputa 57 mandatos, que serão escolhidos pelos 229 mil eleitores inscritos – domingo passado, 3.500 eleitores já o puderam fazer antecipadamente.

Vamos, pois, ao que mais interessa.

Em 2018, o PIB *per capita* dos Açores representava 88% da média nacional e 68% da média da União Europeia. É, infelizmente, o mesmo valor que a região registava, há 20 anos. Contas feitas, e não resta ponta de dúvida, os 24 anos de governação socialista nos Açores têm sido uma desilusão.

As desigualdades entre as nove ilhas agravaram-se e penalizam, como seria de esperar, as famílias de menores rendimentos e os jovens que, perante a ausência de oportunidades, abandonam o arquipélago. Um terço da população vive abaixo do limiar da pobreza. Não se estranha, por isso, que uma parte das famílias açorianas dependa essencialmente das prestações sociais. O Estado é a única "fonte" de subsistência.

Acresce que, os Açores ocupam o pior lugar no conjunto do País, com o maior número de beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI), em função da população residente – só no concelho de Ribeira Grande 21,9 indivíduos, por cada 100 residentes, dependem desta prestação.

A Região Autónoma dos Açores depara-se com um desafio ainda mais complexo, fruto da crise sanitária, económica e social provocada pela pandemia.

Mas o destino dos povos ou das regiões não tem de ser trágico. Nem a ultraperiferia nem a insularidade têm de ser uma fatalidade inexorável.

Basta olharmos para o Atlântico, mais a Sul, onde, no arquipélago da Madeira, o PSD conseguiu construir um horizonte de prosperidade absolutamente notável. Os açorianos, porém, continuam a aspirar por dias melhores e sobretudo pela esperança que a governação do PS lhe tem negado.

A vontade do povo é soberana. Por isso, os açorianos não devem desistir por conquistar uma nova era de desenvolvimento, no turismo, na agricultura, na economia do mar, no desenvolvimento aeroespacial e até nos negócios familiares.

O PSD é genuinamente o partido da autonomia responsável, onde há um lugar para todos e onde alimenta a liberdade das pessoas, a participação da sociedade, a iniciativa dos agentes económicos e a parceria do governo regional.

É no nosso companheiro José Manuel Bolieiro que os açorianos podem depositar um voto de CONFIANÇA. Confiança nos Açores, Confiança num povo que nunca baixa os braços. Quem supera a destruição de furacões, sismos e vulcões e recomeça sempre de novo, com coragem, merece muito mais que uma certidão de conformismo.

Os Açores sempre estiveram do lado certo da história. Quando no século XIX, a partir de Angra do Heroísmo, expandiram o germen do liberalismo em Portugal. Ou em 1976, quando escolheram o PSD para liderar um projeto de desenvolvimento para o arquipélago.

Por isso, no próximo domingo, o PSD é a única alternativa a um modelo de governação esgotado que desistiu das famílias e das empresas. Sejam agricultores, operários, professores ou empresários, jovens ou pensionistas, os açorianos podem mobilizar-se em torno do PSD, para construir um novo projeto político. E estou certo de que José Manuel Bolieiro saberá honrar as raízes e a força de uma região que clama menos por quem fala e mais por quem faz.

Chegou a hora do superior interesse dos açorianos prevalecer sobre a manutenção do conservadorismo socialista, insustentável e recauchutado, com a mesma receita, há mais de duas décadas, sem alma e sem ambição. Como podemos retirar do próprio programa eleitoral do PSD, nos Açores, "é possível, é preciso, é urgente fazer diferente".

RUI RIO NAS JORNADAS PARLAMENTARES

"O PSD SÓ PODE VOTAR CONTRA O ORÇAMENTO"

Rui Rio anunciou o voto contra do PSD à proposta de Orçamento do Estado para 2021. No encerramento das jornadas parlamentares, esta quarta-feira, 21 de outubro, o Presidente do PSD explicou que o Orçamento é "mau", "não combate o desemprego" e não se preocupa com as "empresas" nem com a classe média, apenas se limita a ceder às reivindicações do PCP e do BE.

O Presidente do PSD lembrou as palavras do Primeiro-Ministro, que numa entrevista recente ao "Expresso", declarou estar alinhado com os parceiros da esquerda. "O Primeiro-Ministro disse que o seu projeto é com o PC e com o BE e que, no momento em que precisasse do PSD para aprovar o Orçamento, o seu Governo terminava nesse momento", apontou.

Rui Rio critica o Orçamento que procura acolher mais à esquerda, em vez de se centrar no País, que ponha termo "ao ciclo de fraco crescimento económico" e reforce a "competitividade da economia e da classe média".

Neste quadro, o PSD está livre para "votar contra um Orçamento que se esforça por agradar ideologicamente ao PCP e BE, esquece o futuro e não visa a recuperação económica de Portugal".

Na análise que faz ao Orçamento, Rui Rio sublinha que "o único voto coerente" é contra, porque outra votação nem sequer "evitaria uma crise política". "Não é o nosso Orçamento, mas, no interesse do País, nós até nos poderíamos abster por causa da pandemia, por causa da presidência portuguesa [do Conselho da União Europeia], porque o Presidente da República está com poderes diminuídos, nem sequer pode dissolver o Parlamento, porque temos necessidade de recuperar a economia e otimizar as ajudas da União Europeia. Até podíamos fazer isso, só que o Primeiro-Ministro disse que o seu projeto é com o PC e com o BE e que, no momento em que precisasse do PSD para aprovar o Orçamento, o seu Governo terminava. Assim sendo, se o Orçamento é mau, se não combate o desemprego, se não apoia as empresas e até dificulta, se distribui o que tem e o que não tem, com fraca lógica e fraco critério, se não dá sinais à classe média, se tem défice de transparência, se pré-anuncia um orçamento retificativo por ter receita sobrestimada, se nada faz pela reforma da administração pública para combater o desperdício e a ineficiência e se o voto do PSD não serve nem para evitar uma crise política, então o PSD só pode votar contra, porque esse é que é o voto coerente com aquilo que devemos fazer", sintetizou.

DEPUTADOS DEBATEM RESPOSTA DE PORTUGAL À CRISE SANITÁRIA

As Jornadas Parlamentares do PSD, que decorreram na quarta-feira no Parlamento, iniciaram-se com um debate sobre a "Resposta de Portugal à Crise Sanitária: da pandemia aos doentes não-Covid", com as intervenções de Fernando Leal da Costa, Isabel Santos e Ricardo Mexia e moderação do vice-Presidente da bancada do PSD, Ricardo Baptista Leite.

Fernando Leal da Costa começou por afirmar que, a nível global, houve uma resposta lenta à pandemia e que, em Portugal, se registou muita burocracia no início, a par de uma política de informação mal-organizada e pouco consequente com os objetivos.

Para o ex-ministro da Saúde, houve um excesso de confiança na forma como foi feito o desconfinamento, sem que algumas medidas tivessem sido tomadas, e não se aproveitou o período de confinamento para se preparar as respostas, atraso que ainda se mantem.

Leal da Costa alertou ainda os deputados do PSD para a necessidade de se utilizar todo o sistema de saúde (público, social e privado) e manifestou a sua preocupação com as falhas na campanha da prevenção da gripe. O médico concluiu a sua intervenção sublinhando a importância de dar confiança às pessoas através do reforço das respostas, adiantando que é crucial que as pessoas confiem nas autoridades de saúde. Para o ex-governante, além de falta liderança o Ministério da Saúde revela "uma desgraça completa do ponto de vista da comunicação".

Já Isabel Santos, presidente do Colégio da Especialidade de Medicina Geral e Familiar da Ordem dos Médicos, assinalou alguns dos problemas que continuam por resolver no setor da saúde. Segundo a médica, além de problemas com o cansaço dos profissionais, com a gestão dos casos suspeitos e com a ocupação dos médicos de família com o trace covid, continuamos a ter problemas com os critérios para a alta/fim do isolamento, que são confusos. De acordo com Isabel Santos, falta organização no encaminhamento dos utentes, falta uma cadeia de comando e de lideranças e faltam médicos e enfermeiros. A médica defendeu a necessidade de termos cuidados de saúde primários fortes, pois são eles que resolvem 80% dos problemas.

VOTAR CONTRA ESTE



A última intervenção do painel ficou a cargo do presidente da Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública, Ricardo Mexia. O médico destacou que é preciso reforçar os recursos humanos no setor da saúde e revelou que somos dos países com mais dados, mas que não os analisamos nem utilizamos. Ricardo Mexia alertou os deputados para a necessidade de se protegerem os grupos mais vulneráveis e de não descurar a resposta não covid. “Não podemos suspender os cuidados de saúde”, frisou.

O médico insistiu ainda na importância de se testar, seguir e rastrear, uma estratégia com resultados positivos, e afirmou que deve existir uma colaboração intersectorial, que deve incluir o setor privado e social.

ORÇAMENTO É UMA “ILUSÃO”

A proposta de lei do Orçamento do Estado para 2021 esteve em análise no segundo painel das Jornadas Parlamentares do PSD. Com moderação de Rui Rio, o economista João Duque e o fiscalista João Silva Lopes fizeram uma análise à proposta do Governo.

Na sua intervenção, João Duque alertou para as consequências da retração muito forte do PIB, devido a uma alteração fortíssima da procura externa com impacto forte nas exportações portuguesas.

O economista e professor disse aos deputados que o Orçamento não tem uma perspectiva de futuro e que não contém medidas de apoio às empresas, chegando a considerar uma medida o não aumento de impostos. “Não mexer não é uma medida política. Reconhecer que isto é uma medida de estímulo significa que, por defeito, entendemos que o normal é aumentar impostos”, declarou.

João Duque considerou ainda que a descida das taxas de retenção na fonte do IRS, medida que consta no Orçamento do Estado, é “inócua” e que não terá relevância no rendimento das famílias. “Quase considero uma brincadeira de mau gosto”, frisou.

Contudo, João Duque referiu que esta análise é feita em relação a um Orçamento que, face às declarações tanto do Governo como dos partidos que o apoiam, não sabemos se é o final

Já João Silva Lopes afirmou que a proposta de Orçamento é uma “ilusão e um equívoco”. O fiscalista entende que o Orçamento é uma ilusão porque só aparentemente cumpre o princípio do equilíbrio das contas públicas. Além disso, adianta, estamos perante uma ilusão porque se dá ideia de previsibilidade fiscal por não haver grandes mudanças ao nível da fiscalidade. Já o equívoco, afirma João Silva Lopes, assenta na confusão entre a recuperação económica, produtividade e competitividade com execução de fundos.

TSD DE BRAGA

“GOVERNO AGIU TARDIAMENTE NAS ORIENTAÇÕES ÀS ESCOLAS”

O Secretariado Distrital de Braga dos TSD promoveu mais uma conferência laboral, desta feita subordinada ao tema “Que ano Letivo em tempo de pandemia?” A iniciativa realizou-se a partir da sede distrital do PSD e teve transferência por videoconferência e nas redes sociais. Moderada pelo professor e dirigente Sindical Artur Silva, teve como oradores Firmino Marques, deputado do PSD por Braga e presidente da Comissão Parlamentar da Educação, Ciência, Juventude e Desporto na Assembleia da República, e Cristiano Pinheiro, presidente da Comissão Política Distrital de Braga da JSD.

Nesta conferência, os intervenientes concluíram que o Governo e a Direção Geral de Saúde agiram tardiamente nas orientações enviadas para as escolas para que estas procedessem à abertura do ano letivo com segurança. “As orientações enviadas são vagas e de difícil adaptação às reais condições das escolas, pelo que a tranquilidade verificada na abertura do ano letivo se deve ao brio profissional dos diretores, professores e assistentes operacionais que começaram o trabalho de adaptação das condições mesmo antes das orientações terem chegado”, afirmam os TSD de Braga.

Afonso Henrique Cardoso, presidente do Secretariado Distrital dos TSD, alerta que “há uma falta gritante de assistentes operacionais para garantir a limpeza e desinfeção dos espaços, que o governo teima em não resolver, apesar dos anúncios repetidamente feitos de contratação de novos assistentes”.

O envelhecimento do corpo docente é uma realidade que se traduz no número elevado de doentes de risco, aos quais é vedada a hipótese do teletrabalho, a quem são dados tina dias para ficar em casa sem penalizações salariais, mas que depois são incentivados a apresentar baixa médica.

“O Governo nada aprendeu com o confinamento e apesar do sucesso alcançado com o ensino à distância, continua à espera da boa vontade dos docentes e dos pais para o uso das novas tecnologias não dotando as escolas de computadores que se compaginem com a realidade tecnológica do século XXI. No ensino superior faltam alojamentos para os estudantes e a implementação de sistemas mistos de ensino são de difícil implementação nos cursos com uma forte componente prática. Finalmente, no que respeita ao ensino profissional, constata-se que continua a ser um parente pobre devido ao pouco investimento feito, apesar das campanhas que nos querem a levar crer que é um tipo de ensino altamente prioritário”, concluem.



Proposta do PSD para a Lei de Bases do Clima



A segurança e justiça climáticas têm de ser uma prioridade comum, transversal a todas as forças políticas e devem caminhar a par com a justiça económica e social

GRUPO PARLAMENTAR DO PSD VISITOU FÁTIMA

O líder parlamentar do PSD, Adão Silva, esteve em Fátima para se inteirar da situação económica e social dramática vivida na região. Acompanhado por um conjunto de deputados, Adão Silva reuniu com autarcas locais, com a reitoria do Santuário e com empresários dos ramos da hotelaria, restauração e comércio. Na sequência desta visita, o PSD decidiu agendar um debate de urgência no Parlamento sobre a situação económica e social atualmente vivida em Fátima, com o líder parlamentar do PSD a afirmar esperar que o Governo tome boa nota destes problemas e que tome as medidas necessárias, sobretudo agora que entramos no debate do Orçamento do Estado para 2021.

Em declarações aos jornalistas no final do encontro, João Moura, deputado do PSD, revelou que os deputados do PSD eleitos pelo distrito de Santarém alertaram o grupo parlamentar para a situação que se está a viver em Fátima. "Tentei transmitir aos meus colegas deputados a situação dramática que se estava a viver em Fátima e, desde logo, o líder parlamentar do PSD aceitou esse desafio" e decidiu vir até Fátima ouvir os anseios e preocupações das populações. De acordo com João Moura, o setor do turismo "colapsou" em Fátima e com isso várias empresas de base familiar estão a viver uma situação muito complicada. "É isso que amanhã o PSD tentará explicar ao Governo e aos restantes deputados", afirmou, adiantando que o objetivo dos sociais-democratas é que o Governo tome medidas que ajudem a que "as pessoas acauletem os seus empregos e que as empresas consigam sustentar os seus empregados".



MEDIDAS PARA RESOLVER A "SITUAÇÃO DRAMÁTICA" NO CONCELHO

O PSD agendou um debate de urgência, com a presença do Governo, para que o Parlamento e o país possam discutir e conhecer a situação económica e social atualmente vivida em Fátima, concelho de Ourém, e para que o Governo possa assumir medidas específicas para os trabalhadores e para as empresas.

Depois de terem visitado a Região, esta quinta-feira, e reunido com autarcas locais, com a Reitoria do Santuário e com empresários dos ramos da hotelaria, restauração e comércio, os sociais-democratas pretendem que o Governo, em sede de Orçamento do Estado, adote medidas específicas para a Região.

Na abertura do debate, João Moura recordou a especificidade do turismo da Região. "Fátima tem a disponibilidade de cerca de 10 mil camas em hotéis de 3 e 4 estrelas. Fátima oferece um total de perto de 20 mil camas de alojamento, em quase 300 estabelecimentos de hotelaria. Todas micro pequenas e medias empresas, pois os hotéis são detidos, na esmagadora maioria, por empresas familiares".

Segundo o deputado, num ano normal, Fátima recebia 6 milhões de visitantes. "Destes, dormiram em Fátima, um milhão de pessoas por ano, dos quais 70% foram cidadãos estrangeiros. Desde a covid-19, as quebras atingiram valores a rondar os 99%", indicou o parlamentar.

Prova dessa quebra, recordou Isaura Morais, são as cerimónias do dia 13 de outubro que estavam limitadas a 6 mil visitantes, quando nos últimos anos o número de fiéis andava entre os 150 mil e os 250 mil. Para a social-democrata, são necessárias medidas de curto prazo, para mitigar de imediato os problemas do rendimento das famílias e da tesouraria das empresas, e medidas no longo prazo, para promover o relançamento daquela Região. Essas medidas, afirma a deputada, são cruciais para responder à "situação dramática" que a Região atravessa.

Com a secretária de Estado do Turismo a reconhecer a especificidade de Fátima, Duarte Marques afirma que "agora é tempo de agir em conformidade". Por considerar que "Fátima é uma alavanca para o turismo nacional", o social-democrata declara que o Governo "não pode falhar a este polo de atração de turistas, de apoio social e de investimento. Está na hora de ajudarmos Fátima".

ALUNOS DE BRAGANÇA COM NECESSIDADES ESPECIAIS CONTINUAM SEM APOIO PEDAGÓGICO ADEQUADO

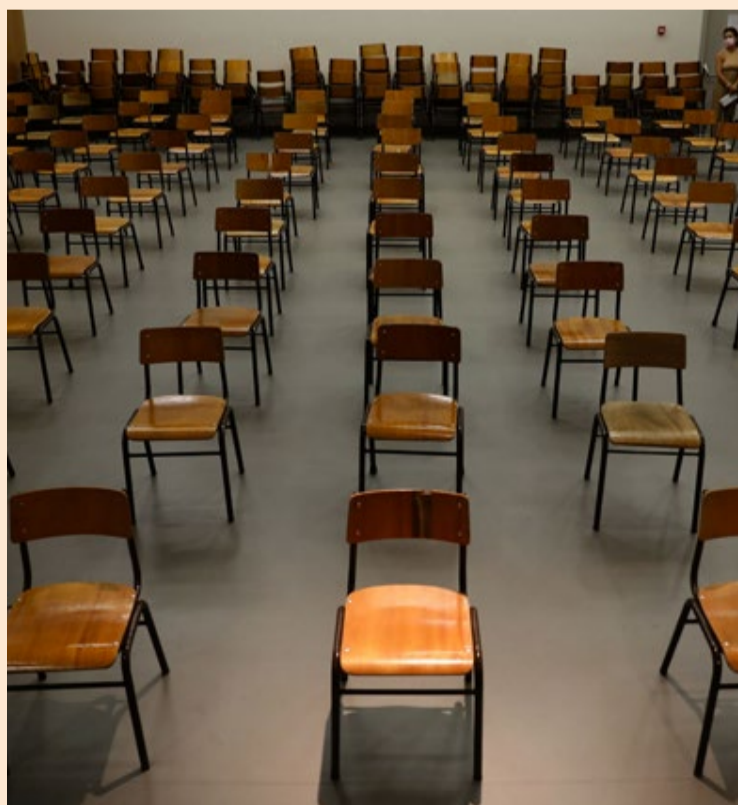
Os deputados do PSD por Bragança querem saber os motivos que justificam a ausência de equipas multidisciplinares nos agrupamentos de escolas de Vinhais, Macedo de Cavaleiros e de Mogadouro. O PSD insiste que cerca de dezenas de alunos estão sem terapeutas da fala, ocupacionais e fisioterapeutas, uma situação que só na região Norte afeta centenas de estudantes.

Numa pergunta ao ministro da Educação, os deputados Adão Silva e Isabel Lopes reafirmam que a "educação inclusiva visa promover uma efetiva escola inclusiva, onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social". Neste âmbito, "as equipas multidisciplinares assumem um papel importantíssimo no desenvolvimento global dos alunos, com multiplicidade de formações e funções, onde cada elemento tem a sua responsabilidade assumida e sabe da importância dos restantes intervenientes neste processo".

Para o PSD, os alunos afetados têm necessidades educativas especiais, alguns com espectro de autismo e multideficiência e que, até ao momento, estão sem apoio por parte de técnicos especialistas adequados.

O PSD PERGUNTA:

1. *Tem o Governo conhecimento de que no Distrito de Bragança há agrupamentos escolares, que desde o início do presente ano letivo, estão sem terapeutas da fala, ocupacionais e fisioterapeutas?*
2. *Que justificação oferece o Governo para esta gravíssima situação que coloca os alunos mais vulneráveis sem este apoio?*
3. *Que soluções apresenta o Ministério da Educação para inverter esta situação?*



REFLORESTAÇÃO DO PINHAL DE LEIRIA ESTÁ PARADA

Três anos depois do incêndio que devastou o Pinhal de Leiria, o PSD quer saber qual a verba inscrita na proposta de lei do Orçamento do Estado para 2021, com vista à “recuperação da Mata Nacional de Leiria”.

Numa pergunta dirigida ao ministro do Ambiente e da Ação Climática, esta quinta-feira, os deputados do PSD salientam que foram feitas várias recomendações pela Assembleia da República sobre a matéria. “Desde logo, porque há a convicção de que a reflorestação do Pinhal de Leiria deve ser uma prioridade do Estado. Importa saber de que forma tem o Governo dado cumprimento às recomendações que o Parlamento faz sobre o Pinhal de Leiria”, afirmam.

“A Mata Nacional de Leiria, também conhecida por Pinhal de Leiria e Pinhal do Rei, é propriedade do Estado e é ao Estado que devem ser assacadas as responsabilidades por três anos de pouca ação no que ao Pinhal de Leiria diz respeito”, recordam os deputados.

Em 15 de outubro de 2017, o Pinhal de Leiria, uma das grandes heranças e património natural do nosso País, mandado plantar pelo rei D. Afonso III no século XIII e aumentado substancialmente pelo rei D. Dinis I, viu 86% dos seus 11 mil hectares serem destruídos nesse violento incêndio.

O PSD PERGUNTA:

- 1 *Que verba está prevista na Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2021 para aplicar em ações necessárias à recuperação da Mata Nacional de Leiria?*
- 2 *Face a 2017, qual é que é atualmente a capacidade do ICNF, nomeadamente, no que diz respeito a meios financeiros e humanos, alocados ao cum-*



primento dos planos de reflorestação e gestão e da Mata Nacional de Leiria?

- 3 *Quando estará finalizado e disponível o portal eletrónico de acesso geral onde seja divulgada, mensalmente, informação sobre o prosseguimen-*

to das ações necessárias à recuperação e valorização da Mata Nacional de Leiria, conforme Resolução da Assembleia da República n.º 50/2020?

- 4 *Qual a previsão para aprovação dos planos de gestão florestal das matas e perímetros florestais litorais?*

PSD PROPÕE PLANO DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL PARA AS CIDADES

Mudar o paradigma das cidades, sobretudo nos modos de mobilidade, “apostando em políticas de mobilidade suave, como andar a pé ou privilegiar veículos usados para deslocação de emissões zero, sejam apoiados por motor ou não, em contexto de intermodalidade, em particular nas deslocações por motivos casa-trabalho e casa-escola”. É este o propósito de um projeto de lei do PSD, entregue esta segunda-feira, no Parlamento. O PSD incita as autarquias a recorrerem a fundos da União Europeia para desenvolverem um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS). A elaboração do PMUS seria determinada por deliberação das câmaras e, antes de aprovado, deve ser objeto de discussão pública junto dos munícipes. Teria uma vigência máxima de cinco anos.

No preâmbulo do diploma, os deputados social-democratas sublinham que vários países tentaram tirar vantagem da pausa forçada causada pela pandemia de covid-19 para “lançar novas formas de mobilidade positivas para o meio ambiente”. Recordam ainda que a União Europeia criou, em 2009, o conceito de plano de mobilidade urbana sustentável, “propondo que seja uma obrigação legal para as cidades europeias”.

“Este é o momento de decidir o que fazer em prol da qualidade de vida das pessoas, da saúde pública e da qualidade do ambiente urbano, planeando cidades mais resilientes”, lê-se na exposição de motivos.

O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável é um instrumento técnico de apoio à gestão política, que visa permitir, através do exercício de planeamento integrado entre mobilidade urbana e planeamento do território, “um desenvolvimento urbano mais sustentável, seguro, amigável e inclusivo, onde a qualidade de vida dos cidadãos é o objetivo final deste exercício”.



Estes planos acabam por libertar espaços entre os edifícios que agora são necessários para uma nova vida urbana ao ar livre. As pessoas optam por formas de deslocação amigas do ambiente e partilhadas em tempo real.

O PSD pretende, desta forma, proporcionar “uma resposta equilibrada aos diversos tipos de procura por serviços de mobilidade e transporte dos cidadãos, serviços e empresas”. Por outro lado, procura melhorar a qualidade do ambiente urbano e a vida dos cidadãos, “incrementando a qualidade do espaço público para que potencie a sua maior fruição por parte das pessoas, apostando no redesenho da cidade para uma maior praticabilidade dos modos suaves e, consequentemente, contribuindo para a melhoria da saúde pública”.

GRUPO PARLAMENTAR DO PSD APRESENTA LEI DE BASES DO CLIMA

UM CONTRATO INTERGERACIONAL COM A SOCIEDADE CIVIL



O Grupo Parlamentar do PSD apresentou esta quarta-feira a sua proposta para uma Lei de Bases do Clima. Em conferência de imprensa no Parlamento, o líder parlamentar Adão Silva e os deputados Luís Leite Ramos, Bruno Coimbra e Hugo Carvalho deram a conhecer as linhas gerais do que consideram ser “um contrato intergeracional com a sociedade civil” para a sustentabilidade das atuais e das próximas gerações. Uma das propostas do PSD passa pela constituição de um Conselho de Ação Climática, um modelo equivalente ao Conselho das Finanças Públicas, a quem competirá a avaliação sistemática das políticas públicas nesta área.

Adão Silva começou por sublinhar que o PSD deseja “que este seja um momento de diálogo parlamentar intenso”, acrescentando que “ninguém tem o monopólio destas matérias, que são de grande delicadeza, exigência e imperatividade nos dias em que vivemos”. “Há aqui uma absoluta necessidade de conversarmos todos, porque esta Lei de Bases do Clima, para a qual o PSD dá aqui um contributo decisivo, ou tem a participação de todos ou obviamente não será uma lei para subsistir no tempo e para resolver os problemas que realmente interessam”, defendeu.

O líder parlamentar realçou que as questões do clima levantam “problemas de hoje e problemas para o futuro”, apontando que a proposta de Lei de Bases do Clima do PSD “tem uma marca que é uma espécie de contrato intergeracional: nós não podemos olhar apenas para os recursos que temos hoje à nossa disposição e consumi-los rapidamente, temos sobretudo a obrigação de os preservar, esperando que aquilo que deixarmos em herança seja melhor do que aquilo do herdamos” do passado.

Luís Leite Ramos destacou, por sua vez, a importância de envolver a sociedade civil. “Nós consideramos que não pode haver uma ação eficaz de combate às alterações climáticas se os sujeitos dessas ações não tiverem um papel central nesta lei”, disse. Por isso, a importância de colocar a sociedade civil, cidadãos e empresas, no centro destas políticas, sem obviamente ignorar o papel que cabe ao Estado. Lembrando que uma lei de bases é uma lei que define princípios gerais e de enquadramento, Leite Ramos disse que a dimensão mais instrumental das políticas para o clima terá de ser depois desenvolvida pelo Governo e pelas administrações públicas. O deputado salientou também a necessidade de haver “uma mudança radical relativamente ao financiamento e aos apoios do Estado” nesta área, e defendeu para o sistema financeiro um papel importante na neutralidade carbónica.

Outra proposta desta Lei de Bases do Clima, que nas palavras de Bruno Coimbra “é complementar” à já existente Lei de Bases do Ambiente, passa pela criação de um Portal do Clima, com o objetivo de fornecer informação fidedigna e relevante neste domínio aos cidadãos, empresas e instituições.

Adão Silva realçou ainda que esta proposta dos social-democratas “é um documento aberto, que procurará incorporar nos próximos tempos um conjunto de contributos variados, nomeadamente da sociedade civil, de várias instituições”, como as do ensino superior, organizações não governamentais ou comunidades intermunicipais, entre outras. Este processo de consulta e auscultação será concretizado através de quatro sessões públicas pelo país “para mobilizar e concitar a atenção e a participação da sociedade em geral”, culminando numa sessão no Parlamento em que o grupo parlamentar apresentará todos os contributos recolhidos. O processo deverá estar concluído até ao final do ano. De referir que, em consonância com as boas práticas de sustentabilidade, o PSD forneceu um “QR Code” aos jornalistas para permitir o acesso digital à proposta.

VILA NOVA DE GAIA

VEREADORES DO PSD APRESENTARAM PROPOSTAS DE DESAGRAVAMENTO FISCAL



O grupo de vereadores do PSD na Câmara Municipal de Gaia propôs a devolução de 2,5% do IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas) às famílias do concelho. O Executivo de Eduardo Vítor Rodrigues aprovou apenas um desagravamento de 1% em sede de IRS, um valor muito abaixo do praticado por uma parte significativa dos principais concelhos nacionais.

A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, fixa que os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, podendo as autarquias devolver uma parte aos seus municípios.

Os vereadores do PSD pretendiam que, tal com fazem outros municípios, como Lisboa, que devolve 2,5% do IRS, Vila Nova de Gaia seguisse o exemplo e aprovasse uma desagravamento semelhante maior para as famílias, num contexto de grave crise económica e social. “Existem, de facto, municípios de grande dimensão onde a devolução é já uma prática corrente, adotada com a finalidade de reforçar o rendimento disponível das famílias, como é o caso de Sintra (4%), Braga (4,25%), Coimbra (4,5%), Gondomar (4,50%), Póvoa do Varzim (4%) ou Viseu (4%), entre outros”, apontam os vereadores.

O PSD saúda que, finalmente, a Câmara apoie esta medida, depois de ter assumido uma posição intransigente. No entanto, para os vereadores do PSD, a devolução de apenas 1% constitui um valor “insuficiente, dado a perda generalizada de rendimentos, fruto da implementação do lay-off e até a subida significativa do nível de desemprego” que tem afetado também o Concelho.

“Nesse sentido, entendemos que, estas condições adversas, aliadas à evolução positiva da situação financeira da Câmara Municipal, se justifica por parte do Município um desagravamento, com maior dimensão”, justificam os vereadores do PSD, na reunião camarária de 19 de outubro de 2020.

PSD QUERIA REDUÇÃO DE 0,05% NO IMI

Os vereadores do PSD propuseram também uma redução da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2021, dos atuais 0,40% para 0,35%. O Executivo optou por uma descida de 0,02%, fixando uma taxa de 0,38%.

Para o grupo de vereadores do PSD, esta descida não traduz a “resposta adequada que a Câmara Municipal pode e deve dar, perante esta situação de emergência social, sobretudo considerando os resultados líquidos dos últimos dois exercícios”.

Apesar das sucessivas promessas do Presidente da Câmara, os vereadores lamentam que “Vila Nova de Gaia continue a ser um dos municípios do Grande Porto a praticar uma das mais elevadas taxas de IMI, se atentarmos que só a Trofa, com 0,44%, praticou uma taxa mais elevada em 2020, não acompanhando outros exemplos, que têm apostado numa redução significativa deste imposto, com claro benefício, em termos de poupança fiscal e consequente aumento de rendimento disponível”.

Segundo os vereadores, “sendo a taxa de IMI em 2020 de 0,30%, no Porto, 0,37%, em Gondomar, 0,409%, em Valongo, 0,375%, na Maia, e 0,375%, em Matosinhos, 0,30% na Póvoa do Varzim, e 0,34%, em Vila do Conde, torna-se difícil perceber as razões da taxa de IMI em Gaia permanecer tão alta, penalizando de forma injusta todos os gaieses e criando condições penalizadoras para quem pretende investir no mercado imobiliário do concelho”.

Com a redução agora aprovada, na prática, um proprietário de um prédio urbano avaliado em 100.000 euros, no ano de 2021, em vez de 400 euros de IMI, passará a pagar 380 euros, ou seja, menos 20 euros por ano, o equivalente a uma poupança mensal de 1,67 euros. Uma redução que para os vereadores do PSD, no contexto atual, marcado pela pandemia e face às dificuldades imprevisíveis que as famílias e as empresas têm pela frente no próximo ano, é também “insuficiente”.

DERRAMA – PSD DEFENDE COBRANÇA DE 1,20%

Quanto à derrama, a taxa que repercute nos impostos imputados às empresas, os vereadores do PSD insistiram numa taxa de 1,20% para as empresas com volume de negócios superior a 150 mil euros; na isenção da tributação para as empresas com volume de negócios até 150 mil euros; na isenção da tributação durante três anos para as empresas que se fixem no Concelho em 2021 e desde que criem e mantenham durante esse período, pelo menos um posto de trabalho, caso seja microempresa, ou 5 ou mais postos de trabalho, no caso de PME; na isenção da tributação durante 3 anos, para as empresas que transfiram durante o ano de 2021 a sua sede social e a sua direção efetiva para o concelho de Gaia e aí permaneçam por um período nunca inferior a cinco anos; que o produto da sua cobrança seja afeto, no ano 2021, ao financiamento dos investimentos, que constarão do Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para esse ano.

A maioria socialista optou por fixar uma taxa de 1,25% para empresas com um volume de negócios superior a 150 mil euros, enquanto este ano a taxa era de 1,5% (as empresas com um volume de negócios até 150 mil euros terão uma taxa de 1,0% no próximo ano). Para o PSD, a redução de 0,25% é “manifestamente insuficiente”, atendendo que as regras de tributação de Derrama em Gaia “se mantêm inalteradas há praticamente uma década”.

Os vereadores do PSD lamentam que o Executivo não tenha acolhido as pretensões do PSD, desde logo porque as propostas socialistas aprovadas são contraditórias com a recomendação da reunião de Câmara de 6 de abril de 2020, sobre as medidas de combate à pandemia e a “isenção total da Derrama para todas as pequenas e médias empresas para 2020”.

Os vereadores do PSD reiteram que a crise que afeta também Vila Nova de Gaia impõe a necessidade consensual de redução da fiscalidade aplicável às empresas do Concelho, “no sentido de lhes proporcionar maior competitividade, para poderem enfrentar nas melhores condições, face aos desafios e à imprevisibilidade dos mercados para o próximo ano”.

MOMENTO DE EMERGÊNCIA EM PAÇOS DE FERREIRA

O PSD de Paços de Ferreira qualifica de “extremamente preocupante” a situação vivida no concelho nos últimos dias. Os “números galopantes” de novos infetados por covid-19 preocupam a Comissão Política do PSD de Paços de Ferreira.

O PSD, liderado por Alexandre Costa, concorda com a instalação de um centro de rastreio localizado no Estádio Capital do Móvel. “Esta medida, merece o nosso apoio e vai de encontro com aquilo que propusemos e que incompreensivelmente tardou”, refere o PSD em comunicado.

Para o PSD de Paços de Ferreira, é importante assegurar às “empresas um serviço de testes aos seus funcionários para que, estas redes de contágio internas, possam ser esbatidas” e, dessa forma, “salvaguardar a saúde de todos”.

“O momento é de emergência e cabe às entidades competentes tomar medidas. Concordamos com a campanha lançada pelo município de oferta de máscaras e álcool gel à nossa população, contudo, não podemos aceitar que num momento de emergência, o município convide os nossos concidadãos a deslocarem-se a um único local para fazer o levantamento destes bens, originando aglomerados de pessoas. O PSD entende que esta missão deve obrigatoriamente ter a colaboração das Juntas de Freguesia e eventualmente outras instituições dispersas pelo concelho e deve ser garantida a entrega destes bens, primeiramente, àqueles que deles mais necessitam”, sublinha a Secção do PSD de Paços de Ferreira.



PSD DA GUARDA DEFENDE INSISTE NA CRIAÇÃO DE UM TERMINAL INTERMODAL TERRESTRE

A Comissão Política Distrital do PSD da Guarda apela ao Governo que “acelere os procedimentos” com vista à criação de um porto seco na cidade, para dar resposta às empresas de logística e de transporte instaladas na região.

“O PSD distrital vai reivindicar junto do Governo que acelere os procedimentos necessários para legislar a criação de um porto seco na Guarda, face à localização estratégica que a cidade possui, visto que existem nesta região muitas empresas de logística e de transporte”, afirmou o líder distrital do PSD da Guarda, Carlos Condeso.

O responsável falava no final de uma visita às empresas Coficab e Olano, instaladas na Plataforma Logística local, realizada por iniciativa daquela estrutura política e do deputado social-democrata eleito pelo círculo eleitoral da Guarda, Carlos Peixoto, para auscultação das preocupações sentidas pelos empresários.

Carlos Condeso referiu que a existência de um porto seco seria benéfico para as empresas e “permitiria alavancar a economia de toda a região”.

A criação de um porto seco “é uma reivindicação do PSD e de todos os empresários ligados à logística e ao transpor-

te, que estão a operar na região da Guarda”, afirmou.

“Lembro que o maior exportador da região centro está na Guarda, com a empresa Coficab”, disse o dirigente, acrescentando que a cidade mais alta do país “tem tudo para ser um grande ‘hub’ logístico”.

Os empresários contactados referiram “a necessidade de se criar na Guarda um porto seco e de o Governo legislar nessa matéria, porque a Guarda tem uma posição privilegiada, onde confluem duas linhas férreas (Beira Alta e Beira Baixa) e se cruzam duas autoestradas (A23 – Guarda/Torres Novas e A25 – Aveiro/Vilar Formoso)”, acrescentou.

Segundo Carlos Condeso, o projeto do porto seco terá de ser legislado pelo Governo, alegando que “as empresas não podem fazer nada, nem as autarquias, nem os atores locais, sem que primeiro haja legislação”.

O líder distrital do PSD referiu ainda que os empresários hoje contactados durante a tarde também se mostraram preocupados com a falta de recursos humanos qualificados, com os denominados “custos de contexto” e com as portagens nas A23 e A25.

Os empresários defenderam que “seria importante” criar cursos e pós-graduações nas áreas da logística, no Instituto Politécnico da Guarda, por considerarem que “é muito difícil captar recursos humanos com esta formação para as empresas”, contou.

Em relação às portagens, Carlos Condeso lembrou que o Governo “prometeu que a redução seria feita até ao terceiro trimestre [de 2020] mas, lamentavelmente, pelas notícias já vindas a público, o Governo remete para 2021, o que vem trazer prejuízos para as empresas, para os cidadãos e para o turismo”.



PSD DO PORTO VISITOU CENTRO DE APOIO AO SEM ABRIGO



No âmbito do Dia Internacional da Erradicação da Pobreza, a Distrital do PSD do Porto visitou, dia 17 de outubro, a associação CASA - Centro de Apoio ao Sem Abrigo. O atual cenário de abandono social dos sem-abrigo é dramático para quem defende a dignidade da pessoa humana, a justiça social e uma sociedade coesa, valores essenciais que integram o património do PSD, e que terão de estar na base de qualquer sociedade desenvolvida.

“O sentido ético, humanista, personalista e social-democrata do PSD impõe, sem mais, que se estabeleça o compromisso de disponibilizar uma solução de longo prazo para todos os sem-abrigo da cidade do Porto. Continuaremos, regularmente, a ouvir e dar voz a estas associações que desempenham um papel muito importante na cidade”, refere o PSD.

Se conhecer alguma associação, grupo de moradores, coletividade ou grupo de pessoas que considere importante ouvir a sua voz, contacte a Distrital do PSD do Porto.

**Acompanhe-nos
no dia-a-dia...**



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

AÇORES 2020

BOLIEIRO QUER IGUALDADE DE TRATAMENTO NOS APOIOS AO PODER LOCAL



José Manuel Bolieiro promete acabar com a “discriminação” na distribuição dos apoios às freguesias e câmaras municipais. O candidato do PSD a Presidente do governo regional assegura que haverá a “garantia de uma serena transição de poder”, que irá respeitar a “igualdade de tratamento” entre o poder local da região. “A partir das Feteiras, mas dirigida a todas as freguesias dos Açores e a todos os municípios dos Açores, [digo] que comigo na presidência do governo não haverá discriminação como o governo do Partido Socialista tem feito em relação às freguesias e câmaras municipais”, declarou no domingo, 18 de outubro.

Pelas ruas das Feteiras, concelho de Ponta Delgada, o cabeça-de-lista do PSD por São Miguel esteve acompanhado pelos números dois e três da lista no maior círculo eleitoral açoriano, Pedro Nascimento Cabral e Sofia Ribeiro, respetivamente.

“Todos os contactos que tenho feito são esmagadoramente de bom acolhimento, de aceitação das nossas propostas e até de reconhecimento à minha personalidade política”, disse o antigo Presidente da Câmara de Ponta Delgada.

Bolieiro destacou ainda a importância de “identificar a atividade assistencial que possa ter ficado suspensa ou adiada” durante a pandemia da covid-19, para depois “elaborar um plano de retoma progressiva da atividade”.

“No âmbito do hospital Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, durante o mês de outubro e até àquele dia [13 de outubro], tinha havido zero cirurgias no âmbito do programa da produtividade adicional”, apontou, acompanhado pelo eurodeputado Paulo Rangel.

Nesta iniciativa de campanha, a comitiva do PSD distribuiu canetas, gel desinfetante e pequenos cadernos.



CONVOCATÓRIAS DO PSD**RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**SECÇÕES****ALEMANHA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Alemanha, para reunir no próximo dia 6 de dezembro (domingo) de 2020, pelas 11H00, na Wilhelmstrasse, 22 – 71638 Ludwigsburg – Stuttgart, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas das 11H00 às 13H00.

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Seixal para reunir dia 28 de outubro (quarta-feira) de 2020, pelas 20H30, no Pavilhão Multissos, sita no Parque Urbano da Quinta da Marialva em Corroios, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política.

NÚCLEOS**CANIDELO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Canidelo-Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 21 de novembro (sábado) de 2020, pelas 17H00, em sistema de urna aberta, na Sede Concelhia do PSD, sita à Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do PSD do Núcleo de Canidelo.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Núcleo de Canidelo ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24H00 do terceiro dia anterior à realização do ato eleitoral.

A Sede Concelhia está aberta para receção de listas, no último dia das 21H30 às 24H00.

As urnas estarão abertas entre as 17H00 e as 19H00.

LITORAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Litoral do Porto para reunir no próximo dia 28 de novembro (sábado) de 2020, pelas 16H00, na Sede Distrital, sita à Rua Guerra Junqueiro, 64, Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política do Núcleo ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 16H00 e as 19H00.

OCIDENTAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes do Núcleo Ocidental do Porto para reunir no próximo dia 29 de outubro (quinta-feira) de 2020, pelas 21H00, no Salão Nobre da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, sita na Rua do Campo Alegre 244, Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política.

SERZEDO E PEROSINHO

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Serzedo e Perosinho, para reunir dia 21 de novembro (sábado) de 2020, às 15H00, em sistema de urna aberta, na Sede da Junta de Freguesia de Serzedo, sita à Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 15 em Serzedo – Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único-Eleição da Comissão Política do Núcleo do PSD de Serzedo e Perosinho.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política do Núcleo do PSD de Serzedo e Perosinho ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24H00 do terceiro dia anterior à realização do ato eleitoral.

A Sede Concelhia está aberta para receção de listas todos os dias úteis, das 17H00 às 21H00, e no último dia das 21H00 às 24H00.

As urnas estarão abertas entre as 15H00 e as 17H00.

CONVOCATÓRIAS DA JSD**RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com

**ERRATA****ALTERAÇÃO DE LOCAL****II CONSELHO DISTRITAL ORDINÁRIO DA JSD DISTRITAL DE BRAGA**

O II Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital de Braga será realizado digitalmente através da plataforma ZOOM.

O acesso será efectuado através do seguinte link: <https://us02web.zoom.us/j/82153190757?pwd=VGdvYXUvWW1qdWFKWm1PUEZsOGpsZz09>

FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os Militantes da JSD Concelhia de Fafe para reunir em Plenário Concelhio, no próximo dia 21 de Novembro de 2020 (sábado), pelas 14h00, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Mesa de Plenário da Concelhia;
- 2 - Eleição da Comissão Política da Concelhia.

Derivado à impossibilidade de realização das eleições na sede do PSD-Fafe, e de modo a cumprir com as recomendações em matéria de distanciamento social, o local para realização do ato eleitoral será mais tarde divulgado através de publicação em Povo Livre.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção (ou a quem o substitua), ou via e-mail (jsdfe@outlook.pt), até às 24h do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

O ato eleitoral irá decorrer entre as 14h00m e as 16 horas.

FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco os militantes da Concelhia da JSD de Faro, para reunir no dia 28 de Novembro de 2020, pelas 15h00, na sede do PSD Distrital do Algarve, sito no Beco Frei André Álvares, nº 56, na União de Freguesias Sé e São Pedro, Faro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política da JSD Concelhia de Faro.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues na sede distrital do PSD Algarve, sito no Beco Frei André Álvares, nº 56, na União de Freguesias Sé e São Pedro, Faro, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

O ato eleitoral decorrerá entre as 15h00m e as 17 horas.

MARCO DE CANAVESES

Ao abrigo do art.º 77.º dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Marco de Canaveses para o Plenário a realizar no próximo dia 31 de Outubro de 2020 (Sábado), pelas 16 horas, na Sede do PSD de Marco de Canaveses, sita no Largo Sacadura Cabral n.º 10, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Discussão da Situação Política de Concelhia;
- 2 – Discussão da Situação Política Distrital;
- 3 – Preparação para as Eleições Autárquicas;
- 4 – Outros Assuntos.

VENDAS NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Vendas Novas para reunir no dia 21 de Novembro de 2020 (Sábado), pelas 15h, na Sede do PSD Vendas Novas, sita na Rua da Azinheira nº 8, 7080-150, Vendas Novas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Vendas Novas.

Notas:

As listas concorrentes deverão ser entregues na Sede do PSD Vendas Novas, que para o efeito se encontrará aberta, à Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Vendas Novas ou a quem a possa estatutariamente substituir, até às 23h59m do 3.º dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 15h00m e as 17 horas.

NÚCLEO DO BONFIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário de Núcleo residencial da JSD Bonfim Porto, para reunir no dia 22 de Novembro de 2020, na sede do Núcleo, sita na Avenida Rodrigues de Freitas, nº50, Porto, entre as 15h00 e as 17h00, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição do órgão da Mesa de Plenário do Núcleo da JSD Bonfim.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem o substitua, até às 23:59 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A consulta do caderno eleitoral, assim como qualquer reclamação do mesmo, deverá ser solicitada junto do Presidente da Mesa e ocorrer até ao quinto dia anterior ao ato eleitoral.



MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Informação n.º 1/2020

Cara (o) companheira (o),

No seguimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 88-A/2020 que veio declarar o Estado de Calamidade em todo o território nacional por força da propagação da doença COVID-19, a Mesa do Congresso Nacional da Juventude Social Democrata, informa que, após consulta dos demais órgãos nacionais, **decidiu cancelar a realização do I Conselho Nacional previsto para o dia 31 de Outubro em Beja.**

Consideramos que a prudência, o exemplo e a responsabilidade devem ser uma constante na nossa ação política, especialmente nestes tempos de grande dificuldade sanitária que o país atravessa, sendo fundamental evitarmos eventos que promovam aglomerados significativos de pessoas, como são exemplos os Conselhos Nacionais.

O I Conselho Nacional fica assim suspenso até que a condição epidemiológica do país estabilize e permita a sua realização, altura em que será novamente convocado.

Sem mais de momento, apresento as minhas saudações social-democratas.

S. João da Pesqueira, 20 de Outubro de 2020

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional,

Paulo Ribeiro Bito

REGULAMENTO DO CONSELHO ESTRATÉGICO NACIONAL

APROVADO EM REUNIÃO DA CPN A 25-09-2020

Artigo 1º **Objeto**

O presente regulamento estabelece as regras de instalação, organização e funcionamento do Conselho Estratégico Nacional previsto no nº 1 do artigo 78.º dos Estatutos do Partido Social Democrata.

Artigo 2º **Natureza e Objetivos**

1. O Conselho Estratégico Nacional é um órgão de aconselhamento, com responsabilidade na elaboração de documentos de estudo e análise de dados, de debate de questões setoriais e da elaboração de contributos para as políticas e programas eleitorais do PSD.
2. O Conselho Estratégico Nacional tem natureza consultiva e funciona junto da Comissão Política Nacional do PSD.

Artigo 3º **Competências**

Compete ao Conselho Estratégico Nacional:

- a) Aconselhar o Presidente e a Comissão Política Nacional, a pedido ou por iniciativa própria, no âmbito das suas atribuições.
- b) Elaborar relatórios, estudos e propostas por solicitação do Presidente do Conselho Estratégico Nacional ou do Presidente da Comissão Política Nacional do PSD, bem como contributos para as políticas e para os programas eleitorais do PSD.
- c) Para além dos encontros e reuniões regulares dos seus órgãos e estruturas, o Conselho Estratégico Nacional deverá promover convenções nacionais ou regionais, debates ou outros eventos considerados apropriados ao debate de questões políticas e supervisionar a realização das mesmas.
- d) No âmbito das suas atribuições, desenvolver as demais atividades que sejam solicitadas pela Comissão Política Nacional.

Artigo 4º
Composição

1. O Conselho Estratégico Nacional é composto pelo seu Presidente, pela Comissão Coordenadora, pela Comissão Consultiva, pela Comissão Executiva, pelas Secções Temáticas Nacionais e Descentralizadas e pelas Comissões Instaladoras.
2. A Comissão Executiva é composta pelo Presidente do Conselho Estratégico Nacional, pelo Secretário-Geral e por três ou mais vogais.
3. O Presidente do Conselho Estratégico Nacional e os restantes membros da Comissão Executiva são escolhidos pelo Presidente da Comissão Política Nacional do PSD e aprovados pela mesma.
4. A Comissão Coordenadora é coordenada pelo Presidente do Conselho Estratégico Nacional e a Comissão Consultiva é coordenada pelo Presidente do Conselho Consultivo do Conselho Estratégico Nacional e têm composição determinada pelo Presidente da Comissão Política Nacional, integrando militantes do PSD e personalidades independentes, de reconhecido mérito e competência, nos termos da alínea e), do número 1 do artigo 24º dos Estatutos.
5. Cada Secção Temática Nacional deve ser constituída por três elementos, um Coordenador Nacional e dois Vice Coordenadores, sendo um deles Deputado à Assembleia da República, devendo estes ser escolhidos pelo Presidente do Conselho Estratégico Nacional em articulação com o Presidente do PSD e de entre militantes do PSD ou cidadãos independentes de reconhecido mérito e competência na área temática respetiva, que por sua livre iniciativa se inscrevam no Conselho Estratégico Nacional. Caso entenda ser profícuo, o presidente do CEN poderá indicar mais 1 a 2 elementos para a secção temática sem funções de coordenação.
6. Os Coordenadores e Vice Coordenadores das Secções Temáticas Nacionais constituem a Comissão Coordenadora do Conselho Estratégico Nacional.
7. As Secções Temáticas Descentralizadas são constituídas por militantes do PSD e cidadãos independentes que por sua iniciativa se inscrevam nas Secções Temáticas do Conselho Estratégico Nacional, lideradas por um coordenador e dois coordenadores adjuntos nomeados pelas Comissões Instaladoras nos termos do nº2 do Art.º 8º deste regulamento.
8. Os Coordenadores distritais ou interdistritais das Secções Temáticas Descentralizadas integram as Secções Temáticas Nacionais das áreas respetivas, não sendo considerados para a contabilização do total de elementos referidos no nº 5.

Artigo 5º
Comissão Executiva

1. O Presidente do Conselho Estratégico Nacional é responsável pela coordenação dos trabalhos do CEN, pela promoção das reuniões de âmbito nacional da Comissão Coordenadora, pela articulação com o Presidente da Comissão Política Nacional e pela coordenação da Comissão Executiva do CEN.
2. A Comissão Executiva tem a seu cargo a articulação com a Secretaria Geral e com a Comunicação do PSD, com as estruturas distritais e autónomas do Partido, com o Grupo Parlamentar do PSD, com as Comissões Instaladoras e com os diferentes Coordenadores e Secções Temáticas Nacionais do Conselho Estratégico Nacional.

3. A Comissão Executiva é liderada pelo seu Presidente. O Secretário Geral dinamiza e agiliza as relações com a estrutura partidária e a Secretaria Geral do PSD, e cada um dos vogais ficará responsável pelas seguintes áreas: relações com o Grupo Parlamentar, Implantação Territorial e Conteúdos.

Artigo 6º Comissão Coordenadora

1. A Comissão Coordenadora do Conselho Estratégico Nacional reúne sempre que convocada pelo Presidente do Conselho Estratégico Nacional, que o faz em articulação com o Presidente da Comissão Política Nacional do PSD.
2. Nas reuniões da Comissão Coordenadora estão presentes o Presidente da Comissão Política Nacional do PSD, a Comissão Executiva e os Coordenadores e Vice Coordenadores das secções Temáticas Nacionais.
3. Incumbe à Comissão Coordenadora Nacional a seleção e integração dos trabalhos realizados pelas Secções Temáticas Nacionais e Descentralizadas, bem como, a pronúncia sobre os trabalhos do Conselho Estratégico Nacional e a formulação e apresentação ao Presidente da Comissão Política Nacional de propostas de políticas públicas sectoriais.

Artigo 7º Secções Temáticas Nacionais

1. O Conselho Estratégico Nacional funciona com as seguintes Secções Temáticas:
 - A. Agricultura;
 - B. Ambiente e Energia;
 - C. Assuntos do Mar;
 - D. Defesa Nacional;
 - E. Economia e Empresas;
 - F. Educação e Desporto;
 - G. Ensino Superior, Cultura e Ciência;
 - H. Finanças Públicas;
 - I. Infraestruturas e Obras Públicas;
 - J. Justiça;
 - K. Negócios Estrangeiros;
 - L. Reforma do Estado;
 - M. Saúde;
 - N. Segurança e Proteção Civil;
 - O. Trabalho e Segurança Social.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, podem por proposta do Presidente da Comissão Política Nacional do PSD aprovada pela mesma, ser extintas ou criadas Secções Temáticas.
3. As Secções Temáticas Nacionais podem por decisão do Presidente do Conselho Estratégico Nacional e do Presidente da Comissão Política Nacional do PSD estar sediadas em qualquer região ou distrito.
4. Os Coordenadores das Secções Temáticas Nacionais articulam e reúnem periodicamente com os Coordenadores Temáticos Distritais das Secções Descentralizadas.

Artigo 8º
Secções Temáticas Descentralizadas

1. As Secções Temáticas Descentralizadas podem funcionar a nível regional, distrital ou interdistrital.
2. As Secções Temáticas Descentralizadas são constituídas sob proposta das Comissões Instaladoras em articulação com os Coordenadores Nacionais e aprovadas por decisão do Presidente do Conselho Estratégico Nacional.
3. Incumbe às Comissões Instaladoras a divulgação e a promoção de diligências e iniciativas, com vista à criação e dinamização das Secções Temáticas no seu distrito.
4. Cabe também às Comissões Instaladoras propor a indicação dos Coordenadores Instaladores e dos Coordenadores Instaladores Adjuntos para as Secções Temáticas Descentralizadas a funcionar nos seus distritos, que deverão ser aprovados pela Comissão Executiva do Conselho Estratégico Nacional
5. Não obstante o disposto nos números 2, 3 e 4 do presente artigo, pode o Presidente do Conselho Estratégico Nacional definir a criação de Secções Temáticas Descentralizadas e designar os seus Coordenadores Instaladores.
6. A constituição de uma Secção Temática Descentralizada deverá preferencialmente incluir a participação de, pelo menos, vinte elementos.
7. As Secções Temáticas Descentralizadas devem reunir, pelo menos uma vez por mês.
8. Incumbe ao Coordenador e aos Coordenadores Adjuntos da Secção Temática Descentralizada apresentar ao seu Coordenador Nacional, um relatório anual das atividades desenvolvidas e das propostas aprovadas.

Artigo 9º
Funcionamento

1. O Conselho Estratégico Nacional tem o seu funcionamento dinamizado e agilizado pela sua Comissão Executiva, que desenvolve a sua ação junto das Secções Temáticas Nacionais.
2. O Conselho Estratégico Nacional funciona em plataformas nacionais e distritais ou interdistritais, para um maior aprofundamento da democracia participativa no PSD, garantindo o envolvimento direto dos militantes do PSD e de cidadãos independentes na definição de estratégias políticas para a resolução de problemas nacionais e locais, bem como a auscultação do país real, na diversidade dos seus contextos locais e regionais.
3. O Conselho Estratégico Nacional tem ao seu dispor um micro site instalado no Site do PSD, para a promoção da interação entre os seus membros e discussão dos temas que este aborda.
4. Cabe à Secretaria Geral do PSD garantir o apoio logístico, informático, administrativo e de assessoria de comunicação e imprensa ao funcionamento do Conselho Estratégico Nacional.
5. Sem prejuízo do número anterior, devem as Comissões Políticas Distritais do PSD articular a sua intervenção política com as Secções Temáticas Descentralizadas e diligenciar no sentido de prestar todo o apoio possível ao funcionamento das Comissões Instaladoras e das Secções Temáticas do Conselho Estratégico Nacional ou a eventos que estas organizem.
6. Falam em nome do CEN o seu Presidente ou, limitado à matéria respetiva, os diferentes Coordenadores e Vice Coordenadores Nacionais.

Artigo 10º
Democracia Interna e Eleições

1. Seis meses após o início do funcionamento da Secção Temática Descentralizada (distrital ou interdistrital) é dada por concluída com sucesso a tarefa de instalação da mesma, devendo o seu Coordenador e os Coordenadores Adjuntos ser eleitos entre os pares.
2. A eleição prevista no número anterior deverá ser organizada pelo Coordenador Instalador da respetiva Secção em articulação com a Comissão Executiva e conforme as regras estabelecidas no ANEXO 1.
3. Os mandatos dos Coordenadores e dos Coordenadores Adjuntos das Secções Temáticas Descentralizadas têm a duração de dois anos.
4. Independentemente de outras causas de cessação de funções, por iniciativa própria, por decisão do Presidente do Conselho Estratégico Nacional ou do Presidente da Comissão Política Nacional, o mandato dos órgãos do Conselho Estratégico Nacional será obrigatoriamente confirmado, ou substituído, com a entrada em funções da nova Comissão Política Nacional do PSD.

Artigo 11º
(Entrada em vigor)

As presentes regras entram em vigor imediatamente após publicação em Povo Livre.

ANEXO 1

Regras para o processo de eleição de membros coordenadores e coordenadores adjuntos das secções temáticas de âmbito distrital e interdistrital do CEN

Artigo 1º (Âmbito)

1. A eleição para os membros coordenadores e coordenadores adjuntos das secções temáticas distritais ou interdistritais do CEN obedece aos princípios da democraticidade interna, da liberdade de candidaturas, do pluralismo de opiniões e do carácter secreto do sufrágio.
2. À eleição para os referidos cargos do CEN aplicam-se as disposições previstas no presente documento e as demais normas estatutárias ou subsidiárias.
3. O acesso à informação essencial ao exercício das regras democráticas internas do CEN não prejudicam a salvaguarda dos dados pessoais dos militantes, subordinando todos os que a eles acedem ao conhecimento e ao cumprimento das regras da proteção de dados.

Artigo 2º (Convocação e organização do processo)

1. A eleição dos membros coordenadores distritais ou interdistritais é convocada pelo Secretário Geral que manda publicar em Povo Livre, conjunta ou por secção temática o dia, a hora, o local da eleição, o período de funcionamento da secção de voto e a informação do ato que terá lugar
2. A convocatória do ato eleitoral é realizada com uma antecedência, pelo menos, de trinta dias corridos em relação ao dia do ato eleitoral, com exclusão deste.
3. A Comissão Executiva, através do Secretário Geral do CEN, nomeia o Coordenador que acompanhará localmente todo o processo eleitoral e presidirá ao ato eleitoral.
4. O referido Coordenador nomeia os demais membros da mesa eleitoral, de modo a que haja um Presidente e dois escrutinadores, podendo existir até dois suplentes.

Artigo 3º (Candidaturas)

1. As candidaturas são uninominais e apresentadas ao Coordenador do ato eleitoral pelos membros inscritos em cada secção temática distrital ou interdistrital, consoante o caso, nos últimos três meses.
2. A candidatura deve conter os seguintes elementos, o nome completo, o número do BI/CC, a secção temática onde se encontra inscrito, o cargo a que se candidata, a data e a assinatura.
3. As candidaturas são entregues até três dias antes do ato eleitoral.
4. A violação do disposto no presente artigo deve levar à exclusão da candidatura.

**Artigo 4º
(Caderno eleitoral)**

1. O caderno eleitoral é composto pelos membros inscritos na secção temática onde decorre o ato eleitoral nos últimos três meses, não sendo necessária a condição de membro integrante dessa área no CEN.
2. O caderno eleitoral é emitido pela Secretaria Geral do PSD e remetido ao Secretário Geral do CEN e ao Coordenador do processo eleitoral Distrital ou interdistrital, contendo os nomes completos de cada membro da secção temática, ordenados alfabeticamente.
3. O caderno é emitido até cinco dias após a convocatória do ato eleitoral.

**Artigo 5º
(Resultados)**

1. O apuramento dos resultados é lavrado em ata, onde serão mencionados os demais incidentes sobre o processo e remetidos ao Secretário Geral do CEN e à Secretaria Geral do Partido.
2. A Secretaria Geral manda publicar em Povo Livre os resultados.

**Artigo 6º
(impugnações)**

O processo eleitoral no CEN encontra-se submetido à jurisdição dos órgãos do Partido.

**Artigo 7º
(Disposições transitórias)**

Aplicam-se subsidiariamente, em tudo quanto aqui não esteja previsto, com as necessárias adaptações, as regras previstas no Regulamento Eleitoral do Partido Social Democrata.